

HABEAS CORPUS Nº 549.179 - SP (2019/0359649-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : RUBENS CARLOS DRAGO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS OLIVEIRA SANTIAGO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCOS OLIVEIRA SANTIAGO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 0039233-43.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente e Manoel Alves da Silva foram presos em flagrante, no dia 27/8/2019, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico. A custódia foi convertida em prisão preventiva. Isso porque, segundo consta, os réus teriam sido apreendidos na posse de 12 pinos de cocaína, pesando 14,18g (quatorze gramas e dezoito centigramas), 54 porções de *crack*, pesando 6,35g (seis gramas e trinta e cinco centigramas), 34 papérolas de maconha, pesando 38,95g (trinta e oito gramas e noventa e cinco centigramas), e 9 frascos de substância semelhante a lança-perfume (e-STJ fl. 15).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem alegando que o paciente sofria constrangimento ilegal decorrente da decretação da custódia cautelar, em razão da ausência dos requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal.

A ordem, no entanto, foi denegada, em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 15):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E TRÁFICO POR EQUIPARAÇÃO. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. 1. Presença dos requisitos e pressupostos da prisão processual. Cabimento da prisão preventiva. Fundamentação idônea na origem. Prisão preventiva do paciente, que, agindo em concurso com o corréu, trazia consigo e guardava, para a entrega a consumo de terceiros, 12 pinos de cocaína (14,18g), 54 porções de crack (6,35g) e 34 porções de maconha

(38,95g), substâncias consistentes em droga, bem como 9 frascos de cloreto de metila, conhecido por lança-perfume, produto químico destinado à preparação de drogas. Elementos concretos indicativos de que a soltura do paciente colocará em risco a instrução criminal. 2. Insuficiência, ao menos por ora, da imposição de medidas de contracautela diversas (artigo 319 do CPP). 3. Eventuais predicados pessoais não geram direito à liberdade, mormente quando presentes os pressupostos e fundamentos que legitimam a imposição da prisão cautelar. 4. Demais questões que se relacionam ao mérito (como as circunstâncias da abordagem e eventuais pontos de divergência nos depoimentos dos policiais que efetuaram a diligência), inviável o seu exame nos estreitos limites deste writ. 5. Impetração conhecida parcialmente e, na parte conhecida, denegada a ordem.

Na presente impetração, a defesa reitera os argumentos expendidos na impetração anterior com vistas à revogação da custódia cautelar imposta em desfavor do acusado.

Sustenta que não há indícios de participação do paciente no delito, e que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente, ainda que mediante o estabelecimento de medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

Verifico, *ab initio*, ser inviável o prosseguimento do writ.

É que o impetrante não instruiu o writ com peça imprescindível à exata compreensão da controvérsia, qual seja, a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Ressalte-se que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente, providência da qual não se desincumbiu o impetrante.

Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO

QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma (Súmula n.º 182 desta Corte).
2. Cabe ao impetrante o escoreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.
3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.
4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/4/2015)

PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É possível receber o pedido de reconsideração como agravo regimental, dada a identidade do prazo recursal e a inexistência de erro grosseiro.
2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.
3. Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.
4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido. (RCD no RHC 54.626/SP, Rel. Min. ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/3/2015)

Ante o exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator